



Afro-Ásia

ISSN: 0002-0591

revista.afroasia@gmail.com

Universidade Federal da Bahia

Brasil

Lima, Carlos A. M.; Melo, Kátia A. V. de
A distante voz do dono: a família escrava em fazendas de absenteístas de Curitiba (1797) e Castro
(1835)
Afro-Ásia, núm. 31, 2004, pp. 126-162
Universidade Federal da Bahia
Bahía, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=77003104>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

**A DISTANTE VOZ DO DONO:
A FAMÍLIA ESCRAVA EM FAZENDAS DE ABSENTEÍSTAS
DE CURITIBA (1797) E CASTRO (1835)**

Carlos A. M. Lima^{*}
Kátia A. V. de Melo^{**}

Muitos são os estudos que se têm dedicado à temática da família escrava no Brasil, alguns referindo-se às áreas desvinculadas da economia agroexportadora.¹ Nestas regiões existia um importante contingente escravo que estava voltado à agricultura e à produção de artigos para abastecer os mercados locais, ou mesmo áreas exportadoras. As economias não-exportadoras também contavam com a mão-de-obra escrava para desenvolver suas atividades. Certamente que esses homens, submetidos a um regime de trabalho compulsório, estabeleceram uma teia de relações sociais com os outros membros da comunidade escrava. Os grupamentos em família são as pistas mais visíveis que se têm para comprovar que a convivência não se dava de modo desordenado e aleatório.

* Professor Adjunto do Departamento de História da UFPR. Parte deste trabalho só foi possível graças ao apoio da Fundação Araucária do Paraná.

** Mestranda em História pela UFPR, onde desenvolve trabalho a respeito da família escrava em Castro, com apoio do CNPq, sob a forma de uma bolsa de Mestrado.

¹ Robert Slenes, *Na senzala, uma flor*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1999, cap. 1, discute longamente essa historiografia, do mesmo modo que José Flávio Motta, *Corpos escravos, vontades livres*, São Paulo, FAPESP/Annablume, 1999, pp. 179-225. Sobre áreas não-exportadoras, Horácio Gutiérrez, “Crioulos e africanos no Paraná, 1798-1830”, *Revista Brasileira de História*, vol. 8, nº 16 (1988), pp. 161-188, e, do mesmo autor, “Demografia escrava numa economia não-exportadora: Paraná, 1800-1830”, *Estudos Econômicos*, vol. 17, nº 2 (1987), pp. 297-314. Ver também Iraci Del Nero da Costa, Robert Slenes e Stuart Schwartz, “A família escrava em Lorena (1801)”, *Estudos Econômicos*, vol. 17, nº 2 (1987), pp. 245-295.

Analizamos aqui o acesso às relações familiares em Castro e Curitiba entre os escravos das fazendas de absenteeístas, isto é, naquelas cujos senhores estavam ausentes, ficando a administração da fazenda por conta dos próprios cativos. Diferentes tipos de fazendas absenteeístas foram encontradas nos domicílios de Castro. Como veremos no decorrer do trabalho, a noção de absenteeísmo que utilizamos difere daquela apresentada por Eugene Genovese para o Caribe Britânico a partir do século XVIII, momento em que inúmeras fazendas foram criadas na colônia em meio a um acirramento do aspecto mercantil das *plantations*.² Tratava-se, na verdade, de grandes fazendeiros que preferiam deixar suas fazendas por conta de capatazes livres. Em Castro, delimitamos, por razões próprias à pesquisa, um outro tipo de fenômeno sob a denominação “fazendas de absenteeístas”: unidades que não contavam com a presença de seus donos, mas que também não possuíam capatazes livres, assalariados, ficando a administração por conta dos próprios escravos. Os senhores às vezes residiam em habitações urbanas. Às vezes, viviam em outras localidades, em certos casos distantes. No caso provavelmente mais freqüente, possuíam várias unidades escravistas, o que por sua vez se ligava a um caráter muito expansivo da fronteira agrária nas partes meridionais da capitania/província de São Paulo.³

Tendo em vista as particularidades de Castro e de Curitiba, percebe-se que essas fazendas de absenteeístas diferiam bastante do modelo caribenho. É bastante provável que as condições de vida dos escravos nelas residentes contassem mais com as “regras escravas”⁴ que nas unidades administradas por brancos. Filhos dos proprietários ou capatazes merecedores de sua fé certamente tendiam a por em prática concepções e procedimentos próximos aos, ou mais duros que os dos senhores, tornando talvez as coisas ainda mais difíceis para os cativos. A convivência entre escravos, nessas condições, propendeu a um controle mais intenso e rigoroso. O contrário, no entanto, parece ter sido o caso no tipo de unidade absenteeísta que circunscrevemos aqui.

² Eugene Genovese, *O mundo dos senhores de escravos*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979, pp. 41-43.

³ Há uma avaliação sobre a incidência desse tipo de caso no Paraná em Horácio Gutiérrez, *Senhores e escravos no Paraná, 1800-1830*, Dissertação de Mestrado, FEA/USP, 1986, cap. 1.

⁴ Sobre o termo, ver Herbert Gutman, *The Black Family in Slavery and Freedom, 1750-1925*, Nova York, Vintage Books, 1976, p. 70 e *passim*, bem como Slenes, *Na senzala*.

Mais importante, no entanto, que enfileirar adjetivos impossíveis de verificar (se a vida nessas fazendas era branda ou atroz), importa ligar essa primeira caracterização (escravos sozinhos) com discussões da historiografia do cativo com as quais a análise pode dialogar. Uma certa surpresa quanto a essa configuração diminui quando lembramos as discussões sobre a escravidão urbana no Brasil. As diferenças entre ambas as situações são evidentes: a vida no campo era diversa daquela nas cidades coloniais e imperiais; as escravarias eram normalmente menores na cidade que no campo; a circulação de escravos sem supervisão imediata dos senhores era vinculada ao exercício de determinadas ocupações, nas cidades, ao passo que a situação que estamos descrevendo era de escravarias inteiras vivendo distantes de seus senhores.⁵

Havia, contudo, semelhanças entre ambas as experiências, notadamente a ausência de centralidade da supervisão direta dos senhores. Outro problema em que as discussões se aproximam é o do estatuto da análise da experiência no interior da investigação mais ampla sobre relações entre senhores e escravos. Ao invés de alguma improvável benignidade, tais tipos de caso estão pondo a nu o caráter de renda escravista assumido pelos ganhos senhoriais: processos de trabalho e formas de organização que freqüentemente dependiam muito pouco deles, senhores, produziam ganho através de mecanismos que apelavam muito pouco para sua atuação como supervisores, investidores e gestores; ser proprietário de pessoas bastava.⁶ O caso das fazendas de absenteístas fica

⁵ Em alguns casos, eram imensas escravarias (para os padrões locais do Paraná), bastando para isso lembrar que a maior fazenda do Paraná – a fazenda do Capão Alto – era de absenteístas, como será discutido mais à frente. Quanto a essa caracterização da escravidão urbana, sugerimos, dentre uma bibliografia muito grande, o mapeamento do que se produziu a este respeito nos últimos no Brasil feito por A. J. R. Russell-Wood, “Preface to the New Edition: Free and Freed Persons of African Descent in Colonial Brazil: Trends and Historiography, 1982-2002”, in Russell-Wood, *Slavery and freedom in Colonial Brazil* (Oxford, Oneworld, 2002), pp. xiii-liii.

⁶ Sobre essa versão da escravidão urbana, incluindo a apreciação de que a mobilidade nas cidades não era tão grande nem tão difundida entre todos os escravos urbanos quanto já se escreveu algumas vezes, veja-se Carlos A. M. Lima, “Efetivo cativo: sobre a escravidão urbana e o artesanato escravista na América Portuguesa (c. 1700-c.1850)”, in Ana Maria da Silva Moura e Carlos A. M. Lima (org.), *Rio de Janeiro: tempo, espaço e trabalho* (Rio de Janeiro, LEDDES, 2002), pp. 177-178; idem, “Sobre a lógica e a dinâmica das ocupações escravas na cidade do Rio de Janeiro, 1789-1835”, in Jorge Prata de Sousa (org.), *Escravidão: ofícios e liberdade* (Rio de Janeiro: APESP, 1998); e idem, “Escravos artesãos: preços e família (1789-1839)”, *Estudos Econômicos*, v. 30, n. 3 (2000), pp. 447-484.

também a sugerir que a circulação com “autonomia” dos escravos não era exclusividade do mundo das cidades coloniais e imperiais.⁷

Um caso curioso ocorrido com uma dessas fazendas de absenteístas permite avaliar os impactos da distância dos senhores. Em 31 de dezembro de 1854, o presidente da recém-criada província do Paraná, Zacarias de Góes e Vasconcelos, escrevia sobre uma iniciativa no mínimo polêmica de Manuel de Oliveira Franco, que então comandava o Corpo de Cavalaria de Curitiba (Guarda Nacional). Começava escrevendo sobre uma fazenda de absenteístas:

Possui nesta Província a Ordem do Carmo de S. Paulo, entre outros bens, uma fazenda que, na estimativa comum, vale 30:000\$000 mais ou menos: o Franco, de que se trata, propôs-se assenhorear-se dela, e o que havia de fazer? O irmão Luiz [Luiz José de Oliveira Franco – CAML e KM], o Coletor, requereu ao pai, que então era Juiz Municipal interino, mandasse proceder á arrematação da Fazenda como bem vago.

Simplemente assim. A distância senhorial era tamanha que nem a propriedade da terra e dos escravos os senhores estavam ali para garantir. Também chama a atenção o caráter corporativo da fazenda. A “estimativa commum” a avaliava em sua integralidade, com tudo dentro, embora pudesse perfeitamente separar terra, escravos, gado e assim por diante, ou mesmo despedaçá-la em lotes. Mas era em sua integralidade que ela era considerada, e mais abaixo veremos que isso era normal quanto às fazendas de gado no Paraná.

Mas Franco foi em frente:

Posta em arrematação, Manoel d’Oliveira Franco, por meio de um testa de ferro, Joaquim José Pedrosa, de quem foi fiador, apresentou-se a lançar, e, desprezados os requerimentos do Prior do Carmo que, por seu procurador, clamava contra uma ladroeira tão franca e desfaçada, ficou com o ramo, tornando-se senhor da Fazenda por 5:000\$000 em diversas letras, de que algumas ainda estão por pagar. Não logrou, porém, o seu inten-

⁷ Fica mesmo a sugestão de que a categoria-chave para entender a circulação de escravos era “renda” e não “cidade”.

to porque a instalação da Província trouxe garantia aos Direitos de todos, e os frades do Carmo, cujos bens não estão, por serem de frades, a mercê de ladrões, tratam de anular a fraudulenta arrematação.⁸

O que se entrevê neste caso é que, só depois da coisa feita (Franco chegou a pagar parte dos cinco contos com as tais letras), o Carmo conseguiu constituir procurador e desfazer a negociata. A distância a que nos referimos era para valer.

No caso de Curitiba, nem sempre as unidades absenteístas eram de criação de gado, embora devessem sê-lo de modo preponderante. Uma testemunha de fiança na década de 1790 informava sobre o candidato a fiador em uma ação cível:

E perguntado a ele testemunha pela idoneidade do fiador João dos Santos disse que conhece ao dito fiador, e que este vive desempenhado e que é verdadeiro, e também sabe ele testemunha que o dito tem uma morada de casas nesta vila na Rua do Fogo, e também possui um sítio com casas de telhas citas no Rocio desta vila aonde tem alguns Animais e o número não sabe ele testemunha também possui uma sorte de terras lavradas distante desta vila légua e meia, e parece que se as custas importarem até oitenta mil réis o dito fiador tem de sobra com que pague.⁹

Casa no centro da vila, unidade de criação no rocio, isto é, muito próxima da residência (embora com ela não se confundisse) e o cometimento de dispersão – nesse caso agricultora – expresso em “terras lavradas” situadas a mais de cinco quilômetros de distância da casa do dono. As posses, por si sós, indicavam capacidade de possuir escravos, o que ainda era reforçado pelo fato de o testemunho sugerir que, se a soma devida alcançasse montante pouco inferior ao necessário para ad-

⁸ Arquivo Nacional (AN), Série Interior/Negócios das Províncias, Ministério do Império, IJJ^o 620, *Livro copiador da correspondência recebida e expedida de/a ministros de Estado e outras autoridades durante a administração de Zacarias de Góes e Vasconcelos, 1853-1855*, fl 53v-54.

⁹ Museu da Justiça, Juízo da Ouvidoria da Comarca de Paranaguá (MJ/JOCP), *Libelo Cível. Autores: Joaquim de Mello Vaz Concellos e outros. Réus: Roque de Sigr.^a Cortez p.^r Cabeça de Sua m.^{er} e outros, 1793*, fls. 17-17v.

quirir um escravo, o fiador teria “de sobra com que pague”.¹⁰ Outro testemunho descreveu sumariamente o sítio do rocio: “casas de telhas e benfeitorias, Bois Carneiros, Vacas, e vinte e tantos Animais cavalares”, e acrescentou que, como tinha também a casa e as “terras lavradas”, provavelmente absenteístas, era “abonado”.¹¹ É preciso levar em conta que não se possui informação sobre a forma como eram geridos o sítio e as terras lavradas. Não se sabe se o caso cabia exatamente no tipo de absenteísmo que circunscrevemos aqui, isto é, aquele de escravos vivendo e trabalhando em isolamento frente a seus senhores, sem capatazes livres. No entanto, ele indica muita coisa acerca do caráter corriqueiro do absenteísmo em suas diversas formas. Além disso, sendo corrente o arranjo e não estando ele circunscrito ao ápice da sociedade, tudo nos deixa perto da idéia de que o absenteísmo respondia a condições amplas da sociedade local, e não exatamente à noção de que ele preenchia a distância com “fazendas capitalistas”, pelo menos não no caso das áreas que hoje constituem o Paraná.

Há que se destacar que a escolha das unidades de absenteístas deve-se a suas particularidades frente ao conjunto dos domicílios. Os aspectos referentes às práticas familiares da totalidade de fogos em Castro já foram analisados.¹² Alguns aspectos da família escrava em Curitiba no final do século XVIII também já foram objeto de discussão.¹³ Pretende-se, agora, investigar o acesso a essas práticas em um caso estratégico, retendo suas especificidades e propondo explicações possíveis. Sobre tudo, o caso das escravarias de absenteístas nos permitirá tocar a

¹⁰ É possível construir uma imagem sobre preços de escravos no Paraná no final do século XVIII e início do seguinte através de inventários copiados nas seguintes fontes secundárias: José Carlos Veiga Lopes, “Esboço histórico da Fazenda de Santa Rita”, *Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense*, nº 20 (1974) e Joaquim da Silva Mafra, *História do município de Guaratuba*, 1952 (não há dados sobre local de publicação deste livro, nem sobre a editora).

¹¹ MJ/JOCP, *Libelo Cível. Autores: Joaquim de Mello Vaz Concellos e outros. Réus: Roque de Sigr.^a Cortez p.^r Cabeça de Sua m.^{er} e outros, 1793*, fls. 16-16v.

¹² Kátia Andréia V. de Melo, “Relações familiares e casamentos da população cativa de Castro em 1835”, Monografia de Conclusão de Curso, UFPR, 2002.

¹³ Ana Maria da Silva Moura e Carlos A. M. Lima, *Devoção e incorporação: igreja, escravos e índios na América Portuguesa*, Curitiba, Peregrina, 2002, parte I, cap. 3; Eduardo Spiller Pena, *O jogo da face*, Curitiba, Aos Quatro Ventos, 1999; e Adriano Bernardo Moraes Lima, “Trajetórias de crioulos: um estudo das relações comunitárias de escravos e forros no termo da Vila de Curitiba (c.1760-c.1830)”, Dissertação de Mestrado, UFPR, 2001.

questão fundamental do sentido da família escrava, do significado implícito em sua mera presença, assim como em suas características enquanto forma de organização.

Sobre Curitiba em 1797 e Castro em 1835

Ao longo do século XVIII, Curitiba conheceu processos de crescimento e de aprofundamento de suas ligações com a escravidão em virtude de sua vinculação com o fornecimento de animais para as áreas do atual Sudeste brasileiro. Além do papel de ponto de passagem de animais vindos de áreas mais ao sul, havia criação local, a qual, ao longo do século XVIII, avançava a partir de Curitiba na direção noroeste¹⁴, tendo realizado este trajeto já no final do século, para, enfim, ao longo do século XIX, refluir em direção sudoeste e chegar ao centro do atual estado do Paraná.

Como dizia o governador da capitania de São Paulo na virada do século, todas as vilas de Serra acima criavam “animais vacuns, cavalares, e muares”, “com especialidade nas do Sul da Capitania”. Tal é “a base principal do seu Comércio interior, e uma grande parte do exterior”. Some-se a isso o “se introduzirem na mesma Capitania uma grande quantidade de animais das referidas espécies, vindos de diferentes partes do Governo do Rio Grande”.

Antonio Manuel de Mello Castro e Mendonça avançava mais, insinuando uma avaliação de que essa pecuária do planalto deslanchava alguns multiplicadores na direção de alavancar mercados. Os tais animais vindos do Rio Grande saíam da capitania “quase todos”. Mas, como transitam por ela, “pagam os avultados direitos”. Partindo do ponto de vista da capitania de São Paulo, afirma que

neste giro pela maior parte se ocupam Negociantes desta Capitania. [Assim,] quase todo o interesse que dele resulta fica na mesma Capitania de forma que a do Rio [Fala assim do Rio de Janeiro porque a ele se liga administrativamente o Rio Grande

¹⁴ Nesse curso, o povoamento com gado vindo de Curitiba encontrava-se com correntes que provinham de áreas mais ao norte da capitania de São Paulo. Sobre isso, Brasil Pinheiro Machado e outros, *Campos Gerais: estruturas agrárias*, Curitiba, Editora da UFPR, 1968; e Elizabeth Alves Pinto, “Vila de Castro: população e domicílios (1801-1830)”, Tese de Doutorado, UFPR, 1992.

do Sul], que em primeira mão vende os ditos Animais por módicos preços torna enfim a comprar grande parte deles por exorbitantes Somas depois de terem sido aqui objeto de três ou quatro transações, o que igualmente acontece a respeito dos que aqui passam às demais Capitanias.¹⁵

Esse processo de acumulação aprofundou o uso de escravos, de modo que a população cativa de Curitiba logrou subir de 1.180 em 1798 para 1.405 em 1810¹⁶. Em 1797, a participação dos fogos escravistas no total dos domicílios era de 21%.

Castro desenvolveu-se, a partir do início do século XVIII, ligada a esse contexto de ocupação que teve como cerne a criação e comercialização do gado, ao longo do “caminho das tropas”. Por ser uma área de planalto, a pecuária foi um foco importante da região. Jacob Gorender informa que, ao longo do século XVIII e XIX, muitas regiões brasileiras criavam gado para abastecer inclusive as áreas ligadas ao mercado externo.¹⁷ Enfatiza que a escravidão não era incompatível com a criação de animais e que, além de trabalhadores livres, existia uma parcela bastante significativa de escravos trabalhando na pecuária, inclusive na ausência dos proprietários.¹⁸

Castro revela tais tendências. Em 1835, percebemos que a região compunha-se de seis distritos e 1.196 domicílios. Destes, apenas 382 (32% do total) possuíam escravos.¹⁹ Com respeito às atividades praticadas nos domicílios castrenses, constatamos que 384 unidades desenvol-

¹⁵ Antonio Manoel de Mello Castro e Mendonça, “Memória econômico-política da capitania de São Paulo por Antonio Manoel de Mello Castro e Mendonça, governador, e capitão general da mesma capitania em 1800”, *Anais do Museu Paulista*, tomo XV (1961), pp. 210-211.

¹⁶ Gutiérrez, “Crioulos e africanos”. Ver também Lima, “Trajetórias de crioulos”, p. 59, onde se nota que a população escrava de Curitiba foi multiplicada por cerca de 2,5 entre 1776 e 1791, ao passo que o contingente livre menos que dobrou no mesmo intervalo. Há informações e análises adicionais em Ana Maria de Oliveira Burmester, “Estado e população: o século XVIII em questão”, *Revista Portuguesa de História*, nº 33 (1999), pp. 114-151.

¹⁷ Jacob Gorender, *O escravismo colonial*, São Paulo, Ática, 1980, p. 413.

¹⁸ Idem, p. 420. Ver também Maria Yedda Leite Linhares, “Pecuária, alimentos e sistemas agrários no Brasil (séculos XVII e XVIII)”, *Tempo*, vol. 1, nº 2 (1996), pp. 132-150.

¹⁹ Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP), *Listas Nominativas de Habitantes de Castro, 1835* (cópias microfilmadas pertencentes ao DEHIS/UFPR). Unidades com apenas um escravo caracterizavam boa parte das escravarias de Castro. A que contava com maior volume de cativos era a fazenda do Capão Alto de Nossa Senhora do Carmo, com 99 escravos.

viam a agricultura (milho e feijão); 99 estavam ligados às atividades pecuaristas e, por fim, 201 domicílios ligavam-se tanto ao criatório quanto à agricultura.²⁰

Os negócios ligados ao comércio de animais, bem como as oscilações de seu preço no mercado, ajudam a compreender o processo de aquisição de escravos em 1835. Analisando as vendas no mercado de animais de Sorocaba no século XIX, Herbert Klein revela que este comércio, mesmo sendo desde muito antes de vital importância para a economia paranaense, conheceu fortíssimo crescimento a partir de 1830; após este período, a chegada de muares a Sorocaba aumentou uniformemente, sobretudo em virtude do crescimento das exportações de café mais ao norte.²¹

Vale salientar que os preços não sofriam interferências apenas das oscilações do mercado internacional. Desde a colônia, desenvolveu-se um mercado interno com uma lógica e estrutura de funcionamento bastante peculiar, potencializado ainda mais após a vinda da corte portuguesa para o Brasil.²² Se compararmos os 221 escravos existentes em Castro, em 1776, com a população cativa que Horacio Gutiérrez aponta para 1804 (que foi de 1.045 escravos), percebe-se que o contingente cativo teve seu número multiplicado por cinco em pouco menos de trinta anos, desempenho este que não pode ser explicado pela reprodução natural.²³ A reprodução, as aquisições de escravos no mercado e as migrações de senhores com seus cativos para uma fronteira agrária expansiva não se excluía. Gutiérrez informa que não era incomum o deslocamento de senhores de outras partes do Brasil para Castro trazendo consigo

²⁰ Há de se destacar aqui, que não foi possível saber a atividade que se praticava em todos os domicílios. Muitos proprietários declararam nas listas que retiravam suas sobrevivências de seus ofícios (sapateiro, alfaiates, ourives, telheiro, carpinteiro, costuras e outras). As unidades que apresentavam essas particularidades não foram poucas: de 512 propriedades não nos foi possível saber se desenvolviam também a agricultura e/ou a pecuária em seu interior.

²¹ Herbert Klein, “A oferta de muares no Brasil Central: o mercado de Sorocaba, 1825-1880”, *Estudos Econômicos*, vol. 19, nº 2 (1989), p. 356, onde apresenta dados sobre a quantidade de animais que chegaram ao mercado de Sorocaba entre 1825 e 1880. A partir de 1830, o aumento no número de muares foi bastante expressivo.

²² João Fragoso, “Economia brasileira no século XIX: mais do que uma *plantation* escravista-exportadora”, in Maria Yedda Linhares (org.), *História Geral do Brasil* (Rio de Janeiro, Campus, 1990), p. 149; Manolo Florentino, *Em costas negras*, São Paulo, Companhia das Letras, 1997.

²³ Gutiérrez, “Crioulos e africanos”, p. 164.

todos os seus escravos. Essa realidade, aliada às favoráveis condições de reprodução, pode ter contribuído para o crescimento do número de crioulos na região. Essa mistura de mercado e reprodução inscrita no processo de crescimento da população escrava se manifestava no fato de que os números de homens e mulheres, embora tenham se mantido em patamares de relativa proximidade na passagem da década de 1820 para a de 1830, mostravam crescimento da proporção masculina da população.²⁴

Em 1835, Castro possuía 1.796 escravos, sendo que apenas 343 deles eram africanos. Mesmo assim, o total de cativos nesse ano mostrava-se bastante expressivo quando atentamos para a evolução da vila. Sabe-se que em 1776 existiam ali apenas 221 escravos. Em outros termos, o volume de cativos aumentou mais de oito vezes entre 1776 e 1835, enquanto a população livre multiplicou-se por cinco (o sub-registro, confirmado para 1776, deve ter sido maior no tocante a escravos do que a livres).²⁵ A manutenção de uma alta representatividade de crioulos, mais de 80% do total, sugere migração interna de senhores.

Havia, no entanto, algumas diferenças importantes entre Curitiba e Castro, apesar da ligação de ambas com os negócios do gado. O papel da agricultura em Curitiba era maior, provavelmente em ligação com as necessidades do abastecimento. Tomando por base o ano de 1822, Altiva Balhana estabeleceu através de listas nominativas e mapas de população que, em Curitiba, dentre 1 700 pessoas livres que declararam ocupações, cerca de metade classificou-se como de agricultores e lavradores. Já em Castro, apenas cerca de um quarto dos 655 que declararam ocupações classificaram-se como agricultores.²⁶ O papel da agricultura do milho e do feijão era claramente maior em Curitiba, embora também tivesse força em Castro, como vimos.

²⁴ Carlos A. M. Lima, “Sobre as posses de cativos e o mercado de escravos em Castro (1824-1835): perspectivas a partir da análise de listas nominativas”, in *V Congresso de História Econômica e 6ª Conferência Internacional de História de Empresas – Anais* (Belo Horizonte, ABPHE, 2003), pp. 1-25.

²⁵ Carlos A. M. Lima, “Sertanejos e pessoas republicanas: livres de cor em Castro e Guaratuba (1801-1835)”, *Estudos Afro-asiáticos*, vol. 24, n° 2 (2002), pp. 317-344.

²⁶ Ver Altiva P. Balhana, “Estruturas populacionais do Paraná no ano da Independência”, *Boletim do Departamento de História da UFPR*, n° 19 (1972), pp. 18-19.

As fazendas de absenteístas

Relacionamentos familiares foram freqüentes nas fazendas de absenteístas, ou seja, nas unidades em que os proprietários não costumavam permanecer em suas fazendas, deixando-as aos cuidados de capatazes de sua confiança. Quando analisamos as fazendas de absenteístas é inevitável recorrer aos estudos que Genovese realiza sobre este tipo específico de fazenda. Em *O mundo dos senhores de escravos*, o autor relaciona a crise que assolou a Europa no século XVII e formas mais intensas de exploração do trabalho escravo, culminando na constituição de *plantations* administradas por capatazes. Nelas, o capitalismo “absorveu e mesmo recriou tipos arcaicos de produção, de maneira a explorar melhor povos menos adiantados e deles extrair as maiores reservas econômicas”; utilizando formas racionais de exploração, procurou-se manter o trabalho escravo com o intuito de acumular grandes somas.²⁷

Além do senhorialismo, o barril de pólvora que se entrevê levou muitos grandes plantadores a preferirem continuar morando na Europa. Como afirmou Genovese, “a fazenda de escravos representava para eles uma empresa distante que produzia grandes lucros; não podia representar um modo de vida, um lar, uma comunidade”; era o lugar perfeito para lucrar sem exigir grandes investimentos e trabalho direto por parte do proprietário.²⁸

No caso brasileiro, Brasil Pinheiro Machado informa que, especificamente nos Campos Gerais do Paraná, o absenteísmo também foi uma característica marcante durante o processo de ocupação destas terras. Os habitantes de São Paulo, Rio de Janeiro e Paranaguá, quando iniciaram a exploração das primeiras posses na região, não o fizeram com o intuito de se fixarem com toda a sua família, formando uma nova comunidade, “mas simplesmente como um negócio a ser explorado comercialmente, tendo em vista o abastecimento de São Paulo e, principalmente, das regiões mineradoras do século XVIII.”²⁹ Esses proprietários foram absenteístas que montaram suas fazendas tendo em vista as altas expectativas de lucros que poderiam adquirir às margens do caminho que liga-

²⁷ Genovese, *O mundo*, p. 41.

²⁸ Idem, p. 43.

²⁹ Machado e outros, *Campos Gerais*, p. 30.

va Curitiba à feira de Sorocaba. Somente em fins do século XIX, com o aparecimento das primeiras estradas de ferro, é que essas fazendas de criação de gado entrariam em crise. A partir de então, os fazendeiros com poucos recursos dirigiram-se para as cidades em busca de novos meios de vida e, por outro lado, aqueles com melhores condições, passaram a arrendar suas terras e a se adaptar às novas situações do mercado.

Ocorre que boa parte dos casos de absenteísmo aqui tratados não se referem a proprietários distantes que tocavam empreendimentos especulativos. Como no exemplo de João dos Santos tratado no início deste trabalho, mesmo após o processo de fixação de abastados em Curitiba ou nos Campos Gerais, alguns deles manejavam pequenos cometimentos de dispersão, multiplicando as unidades escravistas que possuíam. No caso de Santos, entrevê-se alguma complementaridade entre suas duas propriedades agrárias. A busca de pastos ajuda a dar conta de outros tipos de caso. Porém, mais significativo parece ter sido o caráter expansivo da fronteira agrária no final do século XVIII e durante o seguinte, de um modo tal que na primeira metade do XIX se assentava uma área de influência de Curitiba e talvez de Castro no centro do que hoje constitui o estado do Paraná, em Guarapuava. Proliferaram ali as unidades de absenteístas, algumas até, de acordo com as listas nominativas, experimentando um absenteísmo sem escravos.

Guarapuava aparecia na lista de habitantes de Castro em 1835 como o sexto distrito desta vila. Nela achava-se a “Fazenda de Ana Flora”, “moradora nos Campos Gerais”. Na fazenda, embora se tenham marcado vinte cavaleiros e cinquenta bovinos³⁰, não havia escravos, aparecendo como seus moradores tão somente um “jornaleiro” de 20 anos e um capataz (provavelmente condenado a administrar também a si mesmo), de 29 anos.³¹ Mais amplamente, as unidades de Guarapuava, mesmo que absenteístas, eram pequenas, dificilmente encontrando-se alguma com mais de dez cativos.³² Ainda assim, os recenseadores do local em 1828 se viram forçados a encerrar a lista com a seguinte declaração:

³⁰ Apareceram também casos de pessoas marcando animais que criavam “a favor”. Foram 22 cavaleiros e 23 vacuns.

³¹ APESP, *Lista de habitantes de Castro, 1835*. 6º distrito, 2º quarteirão, domicílio nº 11.

³² Ver Fernando Franco Netto, “Senhores e escravos no Paraná provincial: os padrões de riqueza em Guarapuava (1850-1880)”, in *IV Congresso Brasileiro de História Econômica – Anais* (São Paulo, ABPHE, 2001), pp. 1-14.

Soma os fogos dos sufragados [?], e Povoadores existentes nesta Freguesia de N. S. de Belém em [?] Guar^a. cinqüenta e cinco. Enquanto os que têm de cem mil Réis para cima contemplado nesta lista, é só o Alferes Manoel Mendes de Araújo. Enquanto os mais não têm essa Renda Anual, porque *os Donos das maiores Fazendas que se acham nestes campos são morador* [sic] *na Freguesia de Palmeira*.³³

As fazendas de absenteístas, é claro, figuravam entre as maiores unidades escravistas locais.³⁴ Algumas combinavam, inclusive, com o modelo de grandes propriedades muito distantes de seus possuidores, como no caso, mencionado a seguir, da fazenda do Capão Alto dos Carmelitas de São Paulo e de Santos. Mas o fato de as haver pequenas, e mesmo ínfimas, indica com força a necessidade de particularizar-se o modelo do especulador abastado ocupando rincões distantes com relações puramente mercantis.

Em 1835, Castro apresentou algumas dessas fazendas de absenteístas. Certamente, em anos anteriores, especialmente no século XVIII, esta realidade deve ter sido mais freqüente. Deve-se ressaltar, contudo, que as propriedades absenteístas que se desenvolveram em Castro (assim como em outras áreas de pecuária da América Portuguesa) não foram idênticas ao modelo caribenho, de “fazendas capitalistas”, descrito por Genovese. Nesse sentido, as listas nominativas informam que essas unidades congregavam um volume razoável de escravos. Naquele ano, apenas dez unidades de absenteístas foram encontradas, que abrigavam

³³ APESP, *Lista de habitantes de Guarapuava, 1828*. Nós grifamos.

³⁴ A distribuição por faixas de tamanho das escravarias das fazendas que classificamos como de absenteístas (escravos sozinhos) é a seguinte:

Faixas de tamanho	Nº de unidades (Curitiba)	Faixas de tamanho	Nº de unidades (Castro)
1 a 4 escravos	2	1 a 4 escravos	4
5 a 9 escravos	4	5 a 9 escravos	3
10 a 19 escravos	4	10 a 19 escravos	0
20 a 32 escravos	4	20 a 99	3
Total	14	Total	10

Fonte: Vide a tabela 1 no corpo do texto.

no total cerca de 209 cativos.³⁵ Foram identificadas nas listas como absenteístas porque, para boa parte delas, a lista continha observações sobre a ausência do proprietário, tendo, nessas condições, ficado a propriedade aos cuidados de um dos escravos. Em outras, as informações estavam implícitas, como fica bem ilustrado pelo exemplo de dona Ana Luiza da Silva. Esta senhora possuía duas fazendas em Castro: uma, com apenas seis escravos, em cujo registro aparecem os dados sobre a dona, e outra, localizada em distrito diferente, com 52 cativos. Viúva, sem filhos ou agregados, certamente dona Ana contava com a ajuda de seus escravos para administrar sua fazenda.

Entre essas unidades de absenteístas, deve-se destacar aqui a fazenda do Capão Alto de Nossa Senhora do Carmo, a maior escravaria de Castro, que abrigava 99 cativos, no mínimo.³⁶ Esta grande propriedade pertencia aos padres carmelitas, que eram absenteístas residentes em São Paulo e que, além do Capão Alto, possuíam outras unidades de criação de gado. Esses grandes currais, onde todo o trabalho era executado por escravos, instruídos e disciplinados, diz-se, pelos próprios padres, foram, durante a maior parte de suas existências, administrados por capatazes cativos.³⁷ É bem provável que ser feitor-mor da fazenda era para o escravo um compromisso bastante dubio. Ao mesmo tempo em que não podia desmerecer a confiança de seu senhor, certamente não lhe era fácil usar de poder arbitrário sobre seus iguais. Ser escolhido como capataz conferia-lhe uma certa posição, destacada mas difícil de manter, dentro da hierarquia social do cativo.

Pode-se mencionar a situação de uma fazenda de absenteístas da área de Curitiba (o local atualmente faz parte da cidade de Palmeira) descrita em um inventário parcialmente transcrito em um artigo de José Carlos Veiga Lopes.³⁸ Em 1787, a fazenda Butuquara era habitada por

³⁵ As fazendas de absenteístas administradas por escravos perfaziam pouco menos de 1% do total de domicílios de Castro em 1835. Das 1.196 moradias arroladas nas listas, apenas dez eram de absenteístas.

³⁶ É preciso reter alguma imprecisão, porque os carmelitas tinham outras fazendas em Castro, e as relações entre elas eram fluidas e mutantes, de modo que às vezes apareciam nos registros como uma única fazenda dotada de várias sedes, e em outros momentos como fazendas separadas.

³⁷ Vários autores. *Fazenda do Capão Alto*, Curitiba, SECE, 1985 (Cadernos do Patrimônio, Série Estudos, nº 1).

³⁸ Lopes, “Esboço histórico”, pp. 55-144, pp. 91-92.

44 escravos. O autor do trabalho sustenta que ela era uma fazenda de absenteístas, e como tal apareceu em nossos dados sobre Curitiba em 1797.³⁹ Os inventários, sabe-se, contêm mais detalhes sobre famílias escravas que as listas de habitantes, e assim vale a pena recorrer à transcrição de Lopes. Nela, observa-se que *dos 44 escravos, 23, ou pouco mais da metade, pertenciam a uma única família extensa*. Esta era encabeçada por Francisco (75 anos), capataz da fazenda. São mencionadas vinte relações de filiação capitaneadas por um casal ou uma mãe solteira dentro da família extensa. Nove dessas relações eram aquelas estabelecidas entre o capataz e sua mulher (Bernarda, de 70 anos), de um lado, e seus nove filhos, de outro. Um desses últimos (Gregório, de 35 anos) também era casado e tinha um rebento. Somam dez as relações de filiação tornadas legítimas pelo casamento cristão. Mas quatro das filhas de Francisco e Bernarda eram mães solteiras, e, em conjunto, tinham dez filhos. Assim, metade dos laços de filiação conhecidos no interior desta enorme família extensa era formada por ligações entre uma mãe solteira e seus rebentos. Observe-se que se tratava sempre de filhas do capataz que encabeçava a parentela. Nesse caso, laços não sancionados estiveram claramente relacionados com práticas de extensão da organização familiar. É de se notar também que, a julgar pelo que é explicitamente escrito na fonte, esta família se estendera a tal ponto por intermédio das práticas de maternidade/paternidade de tão somente duas gerações: aqueles que pudemos classificar como netos de Francisco eram crianças, o mais velho de todos tendo 12 anos de idade.

Se olharmos para fora desta família extensa, sem sair da escravaria da fazenda Butuquara, poderemos observar outros elementos importantes. Havia na fazenda mais três núcleos com laços familiares visíveis. Um deles era composto por um homem (Luciano Cabra, de 25 anos), sua irmã e dois filhos ilegítimos desta última. Outro, por um casal e sua filha (o homem era Gonçalo, com 45 anos). O último, por um casal encabeçado por Basílio, de 28 anos. Apenas onze (um quarto do total) dos escravos de Butuquara eram, aparentemente, isolados. Das três famílias dispersas (no sentido de separadas do tronco principal), portanto, duas eram

³⁹ APESP, *Lista de habitantes de Curitiba, 1797*, 2ª companhia.

legitimadas. Assim como no interior da família extensa, as uniões legitimadas eram duas. Tem-se, desse modo, que um núcleo familiar congregando 23 pessoas comportava o mesmo número de laços consagrados cristãmente que os detidos por duas famílias que, somadas, tinham cinco membros. *Claramente, o que a grande família do capataz monopolizava eram pessoas, e não laços legitimados.*⁴⁰

O capataz, com apenas duas uniões sancionadas, reunia 23 pessoas ao seu redor. Os três núcleos familiares dispersos, que também contavam com dois laços sancionados pela igreja, só reuniram em seu entorno nove pessoas.⁴¹ Mesmo correndo todos os riscos de adiantar aqui o que será visto com calma mais adiante, ficamos sabendo através do caso da fazenda Butuquara que as unidades de absenteístas deviam conferir fortíssima centralidade à família escrava, que alguma propensão aos laços estendidos devia caracterizar tais famílias e que nem sempre as práticas familiares próprias dessas fazendas dependiam muito da sanção religiosa.⁴²

Passando às Listas Nominativas de Habitantes, dentre todas as informações que contêm, as que diretamente nos interessam são aquelas referentes aos escravos presentes nestas unidades: sobretudo sexo, idade, origem e estado conjugal de cada cativo. Organizados esses dados, pode-se indagar do acesso aos arranjos familiares no âmbito do cativo. Vale salientar que, em virtude das limitações das fontes, só pudemos considerar em convívio familiar os escravos que foram declarados casados ou viúvos, independentemente das restrições impostas pelas listas, que não permitem saber quem era casado com quem. Por outro lado,

⁴⁰ Pessoas e, possivelmente, posições de autonomia e de alguma autoridade. Em 14 de fevereiro de 1789, os membros do Conselho Municipal de Curitiba afirmaram que “mandaram passar – ‘mandado para ser preso’ – um Gregório escravo da fazenda de ‘Butucara’ e do Capitão-mor da vila de Paranaguá José Carneiro dos Santos por serem contumazes em passar Boiadas por cima das Pontes tendo-se publicado sobre isso Edital a que se não passasse”. Gregório era “capataz da tal Boiada”. Cf. “Termos de vereanças, 1786-1789”, *Boletim do Archivo Municipal de Curitiba*, vol. XXXII (1927), p. 90. Ele já foi referido acima: era o filho casado do capataz de 1787.

⁴¹ Lopes, “Esboço histórico”, pp. 91-2.

⁴² Aqui como adiante, é possível fazer paralelos com as discussões caribenhas a respeito do significado da matrifocalidade, que pode ser vista tanto como desregramento quanto como mecanismo de extensão. Veja-se um bom resumo desta discussão em Richard Price, “Studies of Caribbean family organization: problems and prospects”, *Dédalo. Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo*, vol. vii, nº 14 (1971), pp. 23-59.

utilizamos a mera presença de crianças como indicador adicional do acesso aos laços familiares, permitindo, como evidência indireta, contornar os problemas derivados de a fonte nada informar sobre uniões consensuais. Mais à frente, contudo, dedicamo-nos também a uma breve discussão sobre o compadrio escravo e as fazendas de absenteístas em Curitiba, com base em registros paroquiais cruzados, a partir dos nomes dos proprietários das fazendas (ou dos nomes das próprias fazendas), com as listas nominativas de habitantes.

As famílias nas fazendas de absenteístas

A apreensão clássica da historiografia do cativo sobre “promiscuidade” já foi tão criticada, com tanta pesquisa e com argumentos tão bons, que não se faz mais necessário defender a existência da família escrava nas Américas e no Brasil. O momento, portanto, é próprio para dar passos na direção de investigar mais seu significado, suas funções e as condições que a favoreceriam. Através disso, constroem-se informações não só sobre a própria família cativa, mas também sobre o cativo de modo geral e a respeito dos casos nos quais se podem identificar condições favoráveis ou desfavoráveis ao estabelecimento de laços parentais.

Nas fazendas de absenteístas, a realidade, ou bem facilitava, ou bem tornava mais urgente a formação de famílias escravas. O controle e a vigilância provavelmente eram menos intensos, o que contribuía para ampliar as formas de *autonomia*. O parentesco e as uniões familiares reforçavam a integração comunitária e serviam para intensificar as solidariedades entre escravos.

Uma questão atormenta quem olha para registros de escravos vivendo em uma unidade em que não existia o controle direto de um senhor: por que razão esses homens e mulheres, submetidos à escravidão e sujeitos a um regime de trabalho opressivo, não se aproveitaram da ausência de seus donos para mudar seus destinos pela fuga? Exatamente o que, na verdade, os prendia a ponto de não considerarem essa possibilidade? As chances para isso eram muito maiores ali que nas escravarias onde o proprietário estava presente. Ter como feitor um dos cativos da fazenda era poder contar com formas mais frouxas de controle? A deso-

bediência às normas preestabelecidas era punida com menos rigor e violência? A ausência do senhor de sua unidade ampliava a possibilidade de fuga? Por que não ousar?!

É possível que a necessidade de preservar laços comunitários construídos nas escravarias sirva como uma hipótese para a compreensão dessa questão. O cativeiro, ao mesmo tempo em que pode ser encarado como um lugar extremamente instável onde diferentes grupos étnicos eram reunidos indistintamente sob o mesmo teto, reforçando, desta forma, o “estado de guerra”⁴³ entre escravos, também pode ser visto como ambiente onde se perseguia diuturna e intensamente a socialização. É aqui que se apresenta a relevância do parentesco que, segundo Florentino e Góes, foi de vital importância para a manutenção da paz nas senzalas, uma vez que dava aos cativos novas possibilidades de conviver com o diferente. Ele ajudava a abrandar os estrangeirismos pelo reforço de vínculos horizontais entre escravos.

Assim, a formação de famílias dava ao escravo algo a perder, isto é, tornava-o bastante vulnerável. A consolidação de famílias, ao mesmo tempo em que servia para atenuar as diferenças, contribuía também para a inserção do cativo na comunidade. A partir deste momento, podia deixar de ser um *estranho*⁴⁴ e adentrar possíveis rotas de atribuição de prestígio.⁴⁵

Boa parte dos escravos de absenteístas declarou-se nas listas como casada. O acesso à família, no entanto, não foi igualitário para todas as pessoas dessa comunidade. As informações das listas para o ano de 1835 revelam situações e tendências que privilegiavam o acesso de alguns à família, sendo de se mencionar quanto a isso a procedência e o sexo dos escravos. Esses elementos combinavam-se na realidade do cativeiro, ora facilitando, ora fazendo escassearem as chances matrimoniais dos cativos.

⁴³ Ver Manolo Florentino e José Roberto Góes, *A paz das senzalas*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1997.

⁴⁴ Ver Claude Meillassoux, *Antropologia da escravidão*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1995, “Introdução” e “Capítulo introdutório”, onde o autor afirma que a condição de estranho é um atributo constitutivo da escravidão, o que torna central em suas trajetórias a busca pela superação daquela condição.

⁴⁵ Hebe Mattos, *Das cores do silêncio*, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1995, parte 2.

A tabela 1 mostra as chances de casar-se formalmente que os escravos detinham, confrontando-se as unidades de absenteístas com aquelas com senhor presente. O fato das unidades de absenteístas terem sido, tendencialmente, maiores que as propriedades com senhor presente precisou ser levado em conta, pois sabe-se que o tamanho das escravarias estava correlacionado positivamente com as chances dos escravos para casarem-se.⁴⁶ Por isso, escolhemos só observar os dados das unidades com dez ou mais cativos para comparar ambos os tipos de unidade.

Tabela 1: Participação dos alguma vez casados em diferentes faixas etárias em dois tipos de domicílios com dez ou mais escravos (Curitiba, 1797, e Castro, 1835)

Curitiba, 1797		
	Senhores presentes*	Absenteístas
15 – 19 anos	2,9% (1)	--
20 – 29 anos	20,8% (20)	38,9% (14)
30 – 39 anos	35,2% (25)	58,8% (10)
40 ou mais	36,5% (31)	80,0% (20)
Castro, 1835		
	Senhores presentes*	Absenteístas
15 – 19 anos	10,8% (8)	18,2% (4)
20 – 29 anos	38,4% (86)	33,4% (13)
30 – 39 anos	50,5% (53)	80,0% (8)
40 ou mais	60,5% (66)	82,7% (24)

* Ou filhos, ou capatazes livres.

** Havia sete escravos no grupo etário, mas nenhum era casado.

OBS: Percentuais calculados sobre o total de cativos em cada faixa etária; os números entre parênteses correspondem aos números absolutos de escravos alguma vez casados por faixa etária e tipo de caso.

Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo, *Listas Nominativas de Habitantes* (cópias microfilmadas pertencentes ao DEHIS/UFPR).

⁴⁶ Ver Slenes, *Na senzala*, p. 75. A posse de dez cativos é classicamente, desde Slenes, tratada como patamar bastante significativo para separar “pequenas” e “grandes” escravarias, no tocante ao acesso à família cativa. Note-se também que, na tabela 1, não se fornecem totais de escravos casados ou viúvos, independentemente das faixas etárias. Tal se deve a que isso será tratado, com quebra por sexo, na tabela 2 e na respectiva discussão.

O primeiro dado a chamar a atenção é, evidentemente, o acesso muitíssimo mais franco aos laços sancionados nas unidades de absenteístas. Mas há mais. Nas fazendas com senhores ausentes, o casamento era mais precoce, para além de alcançar frequência verdadeiramente espantosa ao final das vidas dos cativos. O caso de Curitiba apresenta algum ruído quanto a isso, mas também o confirma, caso privilegiemos a participação dos alguma vez casados a partir da faixa etária dos vinte aos 29 anos.

É preciso comparar, no entanto, pois isso permite avaliar o impacto da sazonalidade da pecuária na questão.⁴⁷ O casamento de escravos era mais tardio e menos freqüente em Curitiba, e isso ocorria tanto nas unidades com proprietários presentes, quanto naquelas pertencentes a absenteístas. Havia muita pecuária nas propriedades com proprietários presentes em Castro, ao passo que as de Curitiba eram mais voltadas para a agricultura, como foi visto. Assim, os destinos dos escravos eram muito diferentes. Por outro lado, as fazendas de absenteístas eram majoritariamente voltadas para o criatório nas duas vilas, de modo que as divergências eram menores, embora ainda fossem visíveis.

No entanto, as diferenças mostram-se menos pronunciadas quando se comparam as unidades de proprietários ausentes em um e outro lugar. Tomando-se em consideração os cativos com 40 ou mais anos de idade, a participação dos alguma vez casados alcançava algo em torno de 80%. É verdade que esse resultado era logrado com maiores dificuldades entre os escravos distantes dos donos em Curitiba que em Castro. Mas a proporção, por si só altíssima, indica muita coisa. A comparação que efetivamente mostra destinos francamente divergentes para os escravos é a que opõe as unidades com proprietários presentes nas duas vilas.

⁴⁷ Sobre a sazonalidade da pecuária, ver Gutiérrez, *Senhores e escravos*, e Auguste de Saint-Hilaire, *Viagem a Curitiba e província de Santa Catarina*, Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, Edusp, 1978, pp. 20ss. Uma percepção que enfatiza mais a sazonalidade das atividades no campo que o “tratamento” no estabelecimento das condições de vida dos escravos é a de Ira Berlin, “Time, Space and the Evolution of Afro-American Society in British Mainland North America”, *The American Historical Review*, vol. 85, nº 1 (1980), pp. 44-78; e Ira Berlin e Philip D. Morgan, “Labor and the Shaping of Slave Life in the Americas”, in Berlin e Morgan (orgs.), *Cultivation and culture* (Charlottesville, University Press of Virginia, 1993), pp. 1-45. O ponto é importante porque, quando se enfatiza o “tratamento”, a variável decisiva é o dedo do senhor. Já quando o acento é posto na sazonalidade, a variável decisiva passa a ser aquilo que os escravos fazem de si mesmos nos instantes menos regulados de seu cotidiano.

Resumindo, para além do impacto do tamanho das escravarias na questão – aqui pressuposto, e incidente nos dados pelo fato de que só se observam as situações mais favoráveis à família escrava, ou seja, as propriedades com no mínimo dez cativos –, há que se ressaltar outras duas coisas que incidiam com força na criação de condições para o acesso ao matrimônio sancionado por parte de escravos. Primeiramente, a distância da voz do dono. Laços eram mais precoces e mais cerrados, o que incluía a sanção eclesiástica dos mesmos, nas unidades de absenteístas. Em segundo lugar, a prática da criação de gado, que elevava muito as chances de casar-se dos cativos.

De quebra, fica-se com algum relance quanto à questão formulada a partir da composição da fazenda Butuquara, conforme a transcrição de Lopes. As altíssimas proporções de casados entre os mais velhos, por oposição às baixas taxas de acesso ao matrimônio entre os mais jovens, indicam que, longe da voz do dono, era mais intensa a propensão a legitimar tardiamente uniões havia muito existentes e operantes como consensuais. A tendência à família escrava nas unidades absenteístas era tão forte que seus cativos talvez precisassem mais que os outros recorrer a laços sem legitimação eclesiástica. No entanto, contavam com legitimação posterior. Além de casarem-se mais e com maior precocidade, os escravos das fazendas de absenteístas também se viam diante da possibilidade de fazerem crescer mais rapidamente a parcela unida legalmente da escravaria. Isso é consistente com a hipótese deixada pela fazenda Butuquara de que, nas unidades de absenteístas, cativos recorriam mais a laços estabelecidos meramente através da reprodução e que, também nelas, tinham mais chances de legitimação posterior daqueles laços frente à igreja.

Certamente, a explicação mais plausível para tal realidade pode ser tirada dos dados da tabela 2. Nela, propusemos uma coleção de indicadores a respeito da família escrava. Informamos ali os resultados dos dois tipos de unidade quanto à proporção de crianças nas escravarias, razão de masculinidade, participação, conforme o sexo, dos alguma vez casados entre os adultos (15 ou mais anos de idade) e razão criança/mulher.

Tabela 2: Participação de crianças nas escravarias, percentagem dos alguma vez casados entre os adultos, segundo o sexo, razão de masculinidade e razão criança/mulher em dois tipos de domicílio com dez ou mais escravos (Curitiba, 1797, e Castro, 1835)

Curitiba, 1797		
	Senhores presentes*	Absenteístas
% de Crianças (menos que 15 anos)**	39,0% (183)	45,9% (72)
Razão de Masculinidade (escravos com 15 ou mais anos)	107	98
% Homens casados e viúvos entre os homens com 15 ou mais anos***	25,7% (38)	50,0% (21)
% Mulheres casadas e viúvas entre as mulheres com 15 ou mais anos***	28,3% (39)	53,5% (23)
Nº de crianças (0-4 anos) / nº de mulheres (15-39 anos)	0,695	1,167
Nº de crianças (0-4 anos) / nº de mulheres (15-49 anos)	0,593	0,921
Castro, 1835		
	Senhores presentes*	Absenteístas
% de Crianças (menos que 15 anos)**	37,4% (306)	44,7% (81)
Razão de Masculinidade (escravos com 15 ou mais anos)	146	118
% Homens casados e viúvos entre os homens com 15 ou mais anos***	33,9% (103)	49,12% (28)
% Mulheres casadas e viúvas entre as mulheres com 15 ou mais anos***	52,9% (110)	48,8% (21)
Nº de crianças (0-4 anos) / nº de mulheres (15-39 anos)	0,640	1,233
Nº de crianças (0-4 anos) / nº de mulheres (15-49 anos)	0,589	1,121

* Ou filhos, ou capatazes livres.

** Os números entre parênteses correspondem ao número absoluto de escravos com menos de quinze anos de idade.

*** Os números entre parênteses correspondem aos números absolutos de homens e mulheres alguma vez casados.

Fonte: Vide tabela 1.

A participação das crianças era consistentemente maior nas fazendas de absenteístas, indicando família. As razões de masculinidade eram nelas menores (indicando mais mulheres na população). As diferenças eram pequenas em Curitiba e mais visíveis (muito mais visíveis) em Castro.⁴⁸ Mas nos dois lugares o distanciamento frente à voz do dono tornava necessário incorporar mais mulheres às escravarias.

No tocante ao acesso de homens e mulheres (considerados independentemente das idades, a não ser pelo fato de que só se contam aqui os cativos com 15 ou mais anos), os resultados são ambíguos. Em Curitiba, o fato de uma fazenda ser organizada à base do absenteísmo simplesmente dobrava as chances de que os cativos adultos de ambos os sexos conseguissem casar-se. Em Castro, por outro lado, as percentagens de mulheres alguma vez casadas eram maiores nas unidades com proprietário presente. Tendo em vista aquilo que se discutiu a partir da tabela 1, pode-se atribuí-lo, na Castro de 1835, a distribuições diferentes dos escravos adultos por idades nos dois tipos de posse.

As maiores discrepâncias entre os dois tipos de propriedade, no entanto, estavam na propensão das mulheres a gerar rebentos. Não importando muito se com mais ou se com menos chances de casarem-se, as mulheres nas fazendas de absenteístas tinham muito mais filhos que as outras. Para retomar uma comparação antológica, as razões criança/mulher calculadas por Barry Higman para o Caribe Britânico após o fim do tráfico atlântico de escravos (número de crianças de zero a quatro anos dividido pelo de mulheres com idades entre 15 e 44 anos) nunca ultrapassaram 0,738 (nas Bahamas, em 1834).⁴⁹ Dados mais próximos no espaço também permitem ressaltar a alta fecundidade das escravas destas últimas. José Flávio Motta desagrega por faixas de tamanho das escravarias os dados sobre razão criança (0 a 4 anos) por mulher (15 a 49 anos) em Lorena e Bananal, em 1801. Em Lorena, nas escravarias com mais de nove cativos, a razão criança/mulher alcançou 0,792. Em

⁴⁸ Note-se que saímos, no caso de Castro, do período de quase estrita igualdade nos contingentes de ambos os sexos, descrito classicamente por Gutiérrez e Vidal Luna. Curitiba é vista no interior do período enfatizado por aquele autor. Gutiérrez, “Demografia escrava”, e Francisco Vidal Luna, “Casamentos de escravos em São Paulo: 1776-1804, 1829”, in Nadalin, Marcílio e Balhana (org.), *História e população* (São Paulo, SEADE, 1990), pp. 226-236.

⁴⁹ Ver Barry Higman, *Slave Populations of the British Caribbean*, 2ª ed., Kingston, The Press University of the West Indies, 1995, p. 356.

Bananal, 0,393.⁵⁰ Nada disso, como se vê, arranha o desempenho das mulheres submetidas à voz distante do dono em Castro e Curitiba.

Voltemos, no entanto, à participação de crianças. Em Curitiba, ela acompanhava a participação de mulheres na população (razão de masculinidade mais baixa) e a percentagem de casadas e viúvas entre essas mulheres. Em Castro, inversamente, a proporção de crianças tinha desempenho inverso ao da participação das alguma vez casadas entre as mulheres (as unidades de absenteístas tinham menos casadas entre as mulheres e mais crianças nas escravarias). Mas a proporção de crianças acompanhava, também aí, a participação de mulheres entre os adultos. A proporção de crianças sempre acompanhava a presença de mulheres, mesmo quando isso ia na contramão da participação de casadas entre as mulheres.

Como interpretá-lo? A sugestão é a seguinte: haver mulheres nas unidades de absenteístas era suficiente para empurrar para cima (mais que nas outras unidades) as proporções de crianças. Ninguém precisava esperar pela sanção eclesiástica, nem mesmo nas situações em que esta podia ser obtida mais cedo, como em Castro.

O caso, no entanto, permite ir mais longe, recordando o que sugerimos mais acima a partir da fazenda Butuquara. Não indica apenas que as fazendas de absenteístas comportavam forte tendência à família. Sugere também ter havido apego à família extensa. A matrifocalidade evidente nas unidades de absenteístas não era apenas a família possível. Era também, sugerimos ainda uma vez como hipótese, indicativa de uma prática familiar perseguida com afínco: a extensão.⁵¹

⁵⁰ Ver Motta, *Corpos escravos*, p. 273.

⁵¹ É claro que essa poderia ser instituída a partir de laços sancionados pela Igreja. O fundamental é observar que a conexão entre crioulação e matrifocalidade deve ter sido sintoma de extensão. Há um paralelo interessante com a observação de Higman sobre o Caribe Britânico na direção de que, nos ambientes de densa população escrava produzindo açúcar, crioulos envolviam-se predominantemente com famílias matrifocais. Sugere o autor que isso se devia a que crioulos inseriam-se em famílias multigeracionais e que isso os conduzia à observância de regras de exogamia a que africanos não estavam sujeitos. Higman, *Slave Populations*, p. 368, 371. Higman também aventa a hipótese de que a matrifocalidade podia estar indicando, entre crioulos, uniões entre cativos de escravarias diferentes. Mas com isso o argumento anterior só se sofisticava, sem mudar substancialmente: crioulos estariam mais voltados para uniões fora de seu plantel (produzindo, nos dados, matrifocalidade) em virtude do par extensão/regras de exogamia. Note-se que essa idéia deverá ser manejada novamente para ajustar contas com os surpreendentes dados discutidos mais à frente a respeito do acesso de crioulos e africanos ao casamento sancionado.

É importante destacar o impacto que a *reprodução natural* teve nas escravarias de Castro (não há dados sobre procedências dos escravos na lista de Curitiba que consultamos). Os crioulos eram majoritários nos dois tipos de domicílio (tabela 3), sobretudo nas fazendas de absenteístas, onde somavam quase que 97% dos cativos. Isso leva a pensar no impacto muito forte da conjunção de desvinculação do mercado externo, pecuária e absenteísmo.

Dentro do mercado matrimonial, crioulos e africanos tiveram graus diferenciados de êxito. Quando atentamos para as oportunidades de acesso que cada um destes grupos teve no mercado de casamentos, as informações apontam para um sucesso maior dos africanos, muito embora o ínfimo número de casos não nos permita ser mais taxativos. Em todas as unidades consideradas, apareceram melhor representados que os crioulos (vide a tabela 3). Nas propriedades com senhores presentes, apenas 39,7% dos crioulos existentes eram casados, contra 51,3% dos africanos. Os dados das absenteístas são mais surpreendentes: todos os escravos africanos acima de 15 anos foram declarados como casados (note-se, porém, que eram somente três).

É possível que o elevado acesso dos africanos ao casamento também esteja ligado aos seus anseios por integração social, ou às necessidades de seus senhores de que eles se integrassem socialmente. Os cativos nascidos no Brasil, conforme Hebe Mattos, possuíam uma bagagem de experiências que lhes permitia lutar por aquilo que consideravam um “cativo justo”, isto é, capaz de lhes prover recursos (melhor alimentação, dias de descanso, roça própria, entre outros) de acesso à liberdade.⁵² Coisa parecida aconteceu em Castro, mas com diferenças significativas, dadas pelo fato de tudo se referir mais aos africanos que aos crioulos, pelo menos no que tocava ao casamento sancionado pela igreja.

Há outra hipótese disponível na bibliografia para explicar esse tipo de comportamento. Segundo Florentino e Góes, analisando as uniões conjugais entre os cativos do Rio de Janeiro de 1790 a 1830, teria havido acirrada competição entre crioulos e africanos pelo domínio da oferta de mulheres férteis. Nessa concorrência, a idade era decisiva: existia

⁵² Mattos, *Das cores do silêncio*, p. 43. Itálicos nossos.

uma certa vantagem para os homens mais velhos. Em geral, eram os homens maduros e idosos que monopolizavam as mulheres disponíveis, em especial as jovens e férteis. No Rio, eram os crioulos os cativos mais velhos e que beneficiavam-se deste mercado.⁵³ Transpondo a hipótese para Castro, tudo nos faria esperar que, sendo os crioulos jovens, teriam tido chances escassas de casarem-se. Mas há que levar em conta alguns dados adicionais. Quando se observa a questão tendo em vista classes etárias circunscritas, vê-se não ter sido por causa de suas idades que os africanos tinham mais chances de casarem-se. Como africanos eram raros nas maiores fazendas de absenteístas, temos que nos limitar a olhar para as unidades com senhores presentes. Nelas, casados eram mais comuns entre africanos com idades entre 20 e 29 anos que entre crioulos da mesma faixa etária. O mesmo se percebe no tocante às pessoas com idades na casa dos trinta. Africanos casavam mais, mas também mais rapidamente, que crioulos.

Outra hipótese que podemos aventar é que entre os africanos de Castro não era tão forte a preferência em casar-se com pessoas da mesma origem, isto é, africanos com africanos e crioulos com crioulos. Os dados sugerem que os africanos não se recusavam terminantemente a casar com pessoas do grupo oposto (sobretudo os homens). Nas escravarias com senhores presentes, os casos de homens africanos casados foram bem mais freqüentes que os de mulheres africanas.⁵⁴

Neste mesmo tipo de domicílio, a realidade não foi igual para os escravos brasileiros. Tudo indica que entre os crioulos as oportunidades de casamento foram maiores para as mulheres. No geral, foram encontradas 49 casadas contra 28 homens casados, ou seja, mais de 60% dos casados entre os crioulos eram mulheres. Quando analisamos as unidades de absenteístas, os resultados são ainda mais interessantes. Nesses domicílios, como vimos anteriormente, eram os homens os mais bem representados entre os casados; isto vasia tanto para os crioulos como para os africanos. A grande diferença, porém, é que todos os africanos existentes eram homens. E todos apareceram como casados (ver tabela 3).

⁵³ Ver Florentino e Góes, *A paz*.

⁵⁴ Foram encontrados 43 africanos casados e apenas 28 mulheres do mesmo estado conjugal.

Tabela 3: Domicílios com dez ou mais cativos – distribuição (%) dos escravos com 15 ou mais anos de idade por estado conjugal, segundo as procedências e o tipo de domicílio (Castro, 1835)

	Senhores presentes, ou filhos deles, ou capatazes livres		Absenteístas	
Estado conjugal	Crioulos	Africanos	Crioulos	Africanos
Todos os escravos com mais de 14 anos				
Solteiros	58,4	46	49,4	0
Casados	39,7	51,3	41,8	100
Viúvos	1,9	2,7	8,8	0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0
(nº abs.)	(317)	(150)	(91)	(3)
Somente escravos com idades entre 20 e 29 anos				
Solteiros	66,7	50,7	66,7	0
Casados	33,3	49,3	33,3	0
Viúvos	0	0	0	0
Total	100,0	100,0	100,0	0,0
(nº abs.)	(157)	(71)	(39)	
Somente escravos com idades entre 30 e 39 anos				
Solteiros	56,3	35,3	20	0
Casados	42,3	61,8	80	0
Viúvos	1,4	2,9	0	0
Total	100,0	100,0	100,0	0,0
(nº abs.)	(71)	(34)	(10)	

Fonte: Vide Tabela 1.

Os dados nos levam a crer na existência de chances mais abertas de casamentos aos africanos de Castro, em especial para os homens. Sua baixa representatividade nas escravarias, quando comparados aos crioulos, pode ter contribuído para aumentar suas chances de êxito dentro no mercado de casamentos. Mas a explicação pode ir um pouco além. Conforme já sugerimos, pode ser que o índice de nupcialidade maior para os africanos tenha sido decorrência de uma sujeição mais estrita

dos crioulos a travejamentos derivados de regras de exogamia, conforme a sugestão de Higman. É certo que as listas não permitem saber *quem era casado com quem*, o que serviria para afirmar se as escolhas por parceiros entre os africanos foram mais flexíveis. Mas a análise do volume de escravos nos diferentes domicílios leva-nos a acreditar que a “sobra” de homens africanos uniu-se a mulheres crioulas. Podemos confirmar esta tendência, por exemplo, pelo caso dos três africanos casados das unidades com senhores ausentes. Todos pertenciam a uma mesma escravaria. Tratava-se, especificamente, da fazenda de D. Ana Luiza, viúva e proprietária de 52 escravos. É provável que seus únicos três africanos fossem casados com crioulas do mesmo plantel, uma vez que o expressivo volume de escravos ampliava as chances matrimoniais dentro de um mesmo domicílio. O fato de não ter nascido no Brasil não pareceu ter sido um empecilho para que o africano formasse família. Pode mesmo, segundo Higman, ter sido uma vantagem, dado o ambiente de laços cerrados demais. A quantidade de homens africanos casados, sem possíveis cônjuges de seu próprio grupo étnico, leva a crer que casais escravos mistos não eram incomuns em Castro.

Essa história de laços familiares muito cerrados pode ter encontrado eco nas relações de compadrio. Observá-las pode mesmo nos ajudar a dimensionar os impactos disso tudo. Adentraremos brevemente essa questão apenas para o caso de Curitiba.

Para tanto, cruzamos dados a respeito de apadrinhamento, obtidos em assentos de batismo de escravos (1790-1814), com a lista nominativa de habitantes aqui utilizada (1797).⁵⁵ O objetivo é comparar os laços de compadrio tecidos por escravos através do apadrinhamento de crianças no conjunto das escravarias de Curitiba e nas fazendas de absenteístas.⁵⁶

⁵⁵ Catedral Basílica Menor de Curitiba, *Batismos da freguesia de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais de Curitiba, 1790-1814* e APESP, *Lista de habitantes*, já citado.

⁵⁶ Com objetivos diferentes, a articulação entre consangüinidade e aliança, de um lado, e parentesco espiritual, de outro lado, foi estudada para os escravos de uma fazenda próxima a Curitiba por Miriam Furtado Hartung, “A comunidade do Sutil: história e etnografia de um grupo negro na área rural do Paraná”, Tese de Doutorado, PPGAS/UFRJ, 2000, pp. 154ss.

Tabela 4: Batismos de crianças escravas: condição jurídica dos padrinhos e das madrinhas, segundo o tipo de unidade escravista (Curitiba, 1790-1814)

%	%	%	%
Condição jurídica dos padrinhos	Padrinhos de crianças em qualquer tipo de escravaria	Padrinhos de crianças em fazendas de absenteístas	Padrinhos de crianças de escravarias com 10 ou + cativos, 1790-1804**
	N=1068	N=146	N=309
Escravos	29,9	52,7	41,1
Administrados	0,2	0,7	-
Libertos	1,4	1,4	1,3
Livres	68,5	45,2	57,6
Total de padrinhos*	100,0	100,0	100,0
%	%	%	%
Condição jurídica das madrinhas	Madrinhas de crianças em qualquer tipo de escravaria	Madrinhas de crianças em fazendas de absenteístas	Madrinhas de crianças de escravarias com 10 ou + cativos, 1790-1804**
	N=1052	N=145	N=301
Escravas	32,4	60	45,5
Administradas	0,8	1,4	1,3
Libertas	2,1	2,8	2
Livres	64,7	35,8	51,2
Total de madrinhas*	100,0	100,0	100,0

* Só registramos padrinhos e madrinhas conhecidos. Houve assentos de batismos em que não apareciam os nomes de ambos, ou nos quais não foram declaradas apenas as madrinhas.

** Segundo Dejalma Esteves de Ávila Jr., "Compadrio escravo em Curitiba: um estudo das relações sociais estabelecidas pelos escravos na freguesia de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais de Curitiba (1790-1834)", Monografia de conclusão de curso de História, UFPR, 2003, pp. 25-26.

Fontes: Arquivo do Estado de São Paulo, *Lista de habitantes de Curitiba, 1797*; Catedral Basílica Menor de Curitiba, *Batismos da freguesia de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais de Curitiba, 1790-1814*.

Nota-se, com o confronto da segunda e da última linhas da tabela, que o tamanho das escravarias afetava a questão da escolha dos padrinhos e madrinhas. Mas o absenteísmo, novamente, tinha uma influência muito maior.

A propensão das mães e pais escravos para selecionar compadres de mesma condição era muitíssimo maior nas unidades de absenteístas em confronto com o conjunto das posses escravas (no qual, aliás, as absenteístas se incluíam). Mesmo quando, do conjunto das posses (absenteístas ou não), se consideram apenas aquelas com dez ou mais cativos, ainda assim sobressai o fato de que, se nas grandes unidades em geral mais de metade dos padrinhos de crianças escravas eram livres, nas de absenteístas os compadres livres de pais escravos eram menos que a metade. O contraste era ainda mais acentuado para as madrinhas. Nas unidades que segundo os padrões locais tinham grande porte (dez ou mais escravos), cerca de metade dos batismos de crianças envolvia madrinhas livres. Nas absenteístas consideradas isoladamente, por outro lado, as madrinhas livres eram pouco mais que um terço. Os laços familiares cerrados nas unidades com dono distante ecoavam no compadrio, provocando uma tendência maior que a normal a que crianças escravas tivessem outros escravos como padrinhos e madrinhas.

É de se notar que os índios administrados, sempre dispostos a aproximar-se dos escravos em Curitiba⁵⁷, parecem ter estado mais bem representados entre os padrinhos nas unidades pertencentes a absenteístas. Mas seu pequeno número no intervalo impede maior segurança quanto a isso (concentravam-se basicamente nos anos 1790, mas tratava-se dos estertores do sistema de administração em Curitiba, a julgar pelos registros paroquiais).

É possível verificar, através desses registros de batismo, o quanto os senhores de fazendas de absenteístas podiam contar com a família escrava para manter ou expandir suas escravarias. Entre 1790 e 1814,

⁵⁷ Ver a respeito Moura e Lima, *Devoção e incorporação*, pp. 119-127, e Aroldo da Silva Tavares, “Do Puru-zu-tim ao rito fúnebre barroco: a incorporação de administrados à sociedade colonial (Curitiba, 1731-1777)”, Monografia de conclusão de Curso de História, UFPR, 2003.

foram batizados na freguesia de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais de Curitiba quinze *escravos adultos*, considerados sempre como uma *proxy* do acesso ao mercado de africanos. Nenhum deles, no entanto, pertencia a unidades de absenteístas. Por outro lado, as unidades de absenteístas concentraram no mínimo 14% dos batismos de *crianças* na mesma freguesia. Pouca coisa nos parece mais capaz de indicar as especificidades das unidades de absenteístas locais.

Outra e mais decisiva questão é a possibilidade de que o caráter cerrado dos laços familiares nas fazendas de absenteístas pudesse chegar ao ponto de produzir quase que um sistema fechado. Uma estratégia para observá-lo consiste em atentar para outro aspecto das relações de compadrio. Na freguesia em seu conjunto, no intervalo 1790-1834, cerca de um quarto dos padrinhos escravos pertenciam ao mesmo senhor que a mãe da criança escrava que estava sendo batizada.⁵⁸ O quadro era inteiramente outro nas fazendas de absenteístas. Dois terços (66,2%) dos padrinhos escravos de crianças cativas pertenciam à mesma fazenda que a criança.⁵⁹

No conjunto da freguesia, apenas um terço das madrinhas escravas de inocentes cativos vinham da mesma escravaria.⁶⁰ Nas fazendas de absenteístas, o número correspondente era de pouco mais de quatro quintos (82%).⁶¹ A diferença é muito grande. A historiografia já havia chamado a atenção para a tendência a que as redes escravas formadas a partir do compadrio unissem cativos de escravarias diferentes, tendo assim por contexto a região, e não exatamente a unidade escravista.⁶² Isso definitivamente não se dava nas unidades submetidas apenas à distante voz do dono.

De outra parte, tudo poderia ser atribuído ao tamanho das escravarias dos absenteístas. Mas não era isso que estabelecia a diferença. Dejalma Esteves de Ávila Jr. avaliou a propensão à aliança para os lados ou para dentro através do compadrio levando em conta o tamanho

⁵⁸ Ver Dejalma Esteves de Ávila Jr. “Compadrio escravo em Curitiba: um estudo das relações sociais estabelecidas pelos escravos na freguesia de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais de Curitiba (1790-1834)”, Monografia de conclusão de curso de História, UFPR, 2003, p. 23.

⁵⁹ Catedral Basílica Menor de Curitiba. *Assentos de batismo, 1790-1814*.

⁶⁰ Ávila Jr., “Compadrio escravo”, p. 23.

⁶¹ Catedral Basílica Menor de Curitiba. *Assentos de batismo, 1790-1814*.

⁶² José Roberto Góes, *O cativo imperfeito*, Vitória, Lineart, 1993, p. 102.

das escravarias, tendo em vista a paróquia de Curitiba entre 1790 e 1804. Chegou a duas conclusões. A primeira é que o tamanho das escravarias não afetava muito a questão. A segunda é que menos da metade das crianças escravas nas unidades maiores (dez ou mais escravos) tinha por padrinho um escravo do mesmo senhor (a percentagem dos padrinhos escravos do mesmo senhor da criança foi de 43% nesses casos).⁶³ Ora, isso é muito diferente da situação das unidades de absenteístas. Como sugerido, não era efetivamente apenas o seu tamanho que interferia na questão. O absenteísmo também era decisivo quanto a isso, talvez mais que as dimensões das posses escravas. Quanto às madrinhas escravas o caso era o mesmo. Nas maiores escravarias da freguesia entre 1790 e 1804, metade das crianças era batizada por mulheres escravas do mesmo senhor.⁶⁴ Nas absenteístas, como visto, a proporção das madrinhas “de dentro” era de 82% das madrinhas cativas.

A sugestão a reter-se é a de um sistema quase fechado. Obviamente não se trata de propor que os escravos de donos ausentes recusassem contatos com gente de fora das fazendas. A distância física dessas unidades frente aos outros assentamentos podia ser um fator decisivo quanto a isso. Mas duas coisas resultam com clareza dessa breve análise do compadrio. Primeiramente, tem-se aí um fator de extensão dos laços de parentesco. O parentesco espiritual, fortemente endo-orientado no caso que discutimos, cerrava ainda mais laços entre pessoas que, com muita probabilidade, já possuíam alguma relação parental, por consangüinidade ou por aliança. Em segundo lugar, e em decorrência, tornava os possíveis casamentos entre os escravos crioulos das fazendas de absenteístas algo sujeito a cálculos ainda mais complexos no tocante ao mínimo de exogamia necessária para a formalização.

Considerações finais, com mais algumas hipóteses

A pergunta “Por que não vão embora, já que ninguém os vigia?” ultrapassa os problemas para cujas respostas os historiadores normalmente se julgam capazes de contribuir. No entanto, é inegável que a normalida-

⁶³ Ávila Jr., “Compadrio escravo”, p. 27.

⁶⁴ Idem, p. 27.

de e a difusão das fazendas de absenteístas devem ser relacionadas, e com força, à temática da família escrava. Isso conduz a que os dados e as análises aqui trabalhados sejam utilizados para interferir em discussões sobre o sentido da família escrava, as formas assumidas por tais famílias, o impacto exercido sobre elas pelas diferentes atividades econômicas e o tema mais amplo das relações senhor/escravo.

Quanto à análise do sentido dos laços familiares cativos, salta aos olhos que devemos evitar articulá-la demais à temática da resistência. A distância da voz do dono ampliava um espaço de “autonomia” para os cativos. Mas ao mesmo tempo operava em meio à estabilidade nas relações entre senhores (embora longínquos) e escravos. Isso significa que estamos diante de uma história construída em grande medida no seio mesmo das relações entre escravos, para além de suas relações com seus proprietários, muito embora aquelas formas de organização possam ter tido efeitos nessas relações: tendo sido a continuidade o fio da teia cerrada de laços cativos, a necessidade de sua preservação teve efeitos estabilizadores.

Além do mais, o absenteísmo multiplicava laços familiares escravos (ao mesmo tempo em que tinha neles uma condição de possibilidade) mesmo que a sanção eclesiástica fosse negada. A teia se formava com ou sem padres, e sem eles era possível recorrer à reprodução, a consagrar famílias por intermédio de crianças. Isso, segundo discussões que já têm uma história nas Américas, podia significar amplitude dos laços, vale dizer, famílias extensas.

Também para os escravos de Castro, em especial aqueles das fazendas de absenteístas, a família foi uma instituição vital, dando-lhes o que perder, por ligá-los uns aos outros. Aparentemente, se a estabilidade do “poder moral dos senhores” era um preço a pagar, que ele fosse pago.

As fazendas de absenteístas agregavam condições mais favoráveis aos anseios dos cativos por família. Boa parte dos escravos com 15 ou mais anos declararam que eram ou que já tinham sido casados. O equilíbrio demográfico, em especial entre os sexos, foi bastante visível, embora já tenha diferido um pouco, adentrados os anos trinta, daquilo que Gutiérrez viu para período anterior. Mas, apesar da leve oscilação para cima das razões de masculinidade, a presença de crianças foi marcante: mais de 44% dos cativos encontrados nestas fazendas eram menores de 15 anos.

Nesses fogos, vale destacar, a incorporação de africanos através da família escrava tinha muita força, muito embora houvesse poucos africanos a incorporar (as fazendas de absenteístas recorriam menos que as outras ao tráfico atlântico de cativos). Cabe indagar, também, se eles não desatavam alguns nós da convivência: em sendo tão extensos, comparativamente, os laços, e não sendo assim tão grandes as escravarias (segundo padrões brasileiros), é possível que os processos de extensão dos laços terminassem por esbarrar em relações que já podiam estar sendo vistas como incestuosas.

Para além das dificuldades originadas da condição jurídica, isto é, do fato de não serem donos de si mesmos, a formação de famílias, do ponto de vista dos escravos, não era tarefa fácil de cumprir. A idade, o sexo e a procedência do escravo foram alguns dos elementos que interferiam quando da busca por parceiros. O ambiente e as condições de vida dentro do cativo, porém, também contavam neste processo. E contavam muito. Nas fazendas cujos donos estavam ausentes, e que ficavam sob responsabilidade dos escravos, a realidade foi bastante favorável à família. A *autonomia* que se criava nestes fogos pode ter ajudado a consolidar e a fortalecer a comunidade negra, cujos principais sustentáculos eram as famílias.

Além do mais, o caso das fazendas absenteístas ajuda a rechaçar qualquer apreensão “moralista”, “edificante”, ou edulcorada da escravidão e da família escrava. Isso porque o fenômeno que temos analisado mostra uma forte articulação da organização familiar com dados da ordem do poder e da atribuição de prestígio.

Então se identificaram aqui alguns elementos de um desempenho específico às fazendas de absenteístas. Tais desempenhos foram específicos, sobretudo quanto ao grau, sem que tenha sido possível determinar se se particularizavam também quanto à substância: proliferação de crianças e laços familiares, centralidade política de tais laços para as relações entre escravos e (mesmo que distantes) senhores, ao mesmo tempo em que manejo dos mesmos como quase máquinas de incorporação, tudo acompanhado por indícios de família extensa e por uma possibilidade bastante visível de ampliar redes mediante o recurso ao controle, por parte de agregados familiares estendidos, de ventres quase que destinados à ilegitimidade. Este último ponto merece algumas hipóteses adicio-

nais. Um dado da experiência destas fazendas foi até agora deixado de lado, embora ele precise ser enfrentado. Referimo-nos a algo que podemos denominar de efeito *dois corpos da fazenda*.

Algumas das propriedades absenteístas originaram-se de vínculos. A capela de Nossa Senhora das Neves, à época no interior do termo de Curitiba, abrangia, sem muita clareza, três das unidades absenteístas aqui tratadas.⁶⁵ Outras podem ser acompanhadas na documentação e na bibliografia, expondo uma soberana história de permanência por mais de século, mudando de mãos, mas preservando um nome e sendo negociadas a cada venda ou doação com benfeitorias, animais e escravos. Este é o caso antológico da fazenda do Capão Alto (que aparece como localizada em Castro na época que estudamos).⁶⁶ Outras ainda eram reminiscências da presença jesuítica em Curitiba, apropriadas pelo estado em parceria nem sempre clara (e legítima) com elites locais.⁶⁷ Havia também casos de fazendas que apareciam na documentação consultada (as listas nominativas) só com o nome da unidade agrária, sem que os recenseadores sequer fizessem a gentileza para historiadores de mencionar seus donos. Assim, o próprio tipo de registro que se fazia de tais fazendas sugere muita coisa. Para terminar com esse argumento, outro tipo de tendência visível nos assentos da documentação e na bibliografia indica uma espécie de vida própria dessas unidades: em determinados momentos, usavam-se nomes únicos para designar mega-unidades; em outros, circunscreviam-se sedes daquelas unidades de grande escopo, batizando-as; em outros ainda, as sedes deixavam de sê-lo e passavam a ser tratadas como fazendas isoladas a pleno título. Esses movimentos, próprios da documentação e sujeitos a marchas e contramarchas, replicam na bibliografia mais próxima a nós no tempo.⁶⁸

⁶⁵ Sobre a capela das Neves, há informações dispersas em Ermelino de Leão, *Diccionario historico e geographico do Paraná*, Curitiba, Empresa Graphica Paranaense, 1926, *passim*, mas com alguns dados mais disciplinados inseridos no volume ii, p. 625. No volume i, pp. 216-217, há narração da trajetória de outro vínculo, em São José dos Pinhais, dessa vez gerido por padres e que acabaria por ir parar nas mãos da Coroa durante o século XVIII.

⁶⁶ Há informações sobre ela mais acima neste trabalho, bem como bibliografia a seu respeito. Deve-se ressaltar a ênfase nessa questão presente em Eduardo Spiller Pena, “Devoção e escravidão nas fazendas da Ordem Carmelita – Paraná (séculos XVIII e XIX)”, in *VIII Encontro Regional de História – 150 anos de Paraná: História e historiografia* (Curitiba, Anpuh-PR, 2002), p. 36.

⁶⁷ Ver a respeito Leão, *Diccionario*, vol. iii, pp. 944-945 e vol. i, p. 221.

⁶⁸ Isso pode ser monitorado no artigo de Lopes já citado. Vide Lopes, “Esboço histórico”.

Essas práticas e modos de registrar estão a sugerir um dado básico para a compreensão do que se passava em meio à distância. Referimo-nos à continuidade. Ela, como sugere Gutman, funcionava como espécie de aliada da família escrava.⁶⁹ Ajuda, assim, a explicar a difusão da família. Mas ajuda também a compreender a extensão dos laços, que com ela ganhavam profundidade genealógica. Nesse sentido, é preciso mesmo rever, para o caso específico das famílias escravas que estamos cercando aqui, o argumento gutmaniano.⁷⁰ Da continuidade não se deve esperar apenas difusão. Ela podia dar lugar, muito pelo contrário, a restrições, impedimentos matrimoniais, e isso segundo diversas regras (leigas, eclesiásticas, ou mesmo escravas). Isso, no entanto, não significava, se acertado, limitação. O fato de a continuidade propiciar profundidade genealógica e formas extensas de organização familiar, e com isso impedimentos matrimoniais, não indica fraqueza dos laços escravos. Antes, sugere, e com força, intensificação do impacto daquelas redes.

A questão reside em que nem tudo resultava da feitura mesma de laços familiares. Muito pode ser inferido do *impacto* daqueles laços. Muito da estabilidade da família escrava podia residir na sua capacidade de instituir regras e levar escravos a cumpri-las. Assim, para mostrar a estabilidade do parentesco cativo, o *lugar* atribuído à família poderá ser visto como mais importante que a proporção de casados, como mais crucial que o ritmo de formação de novas famílias.

Em outros termos, abre-se aqui a seguinte possibilidade: o fato das famílias proibirem alguém de casar-se pode ser mais sugestivo que a criação de alianças matrimoniais para indicar sua estabilidade e o grau em que interferiam nas relações. Aquilo que a vida familiar proibia pode ser ainda mais indicativo de sua força que aquilo que ela propiciava. A prevalência de regras quanto ao incesto pode informar mais que os casamentos sobre o impacto do parentesco escravo. Nesse sentido, se bem a difusão dos laços familiares era algo visível em ambientes escravos distantes da voz do dono, há dados sobre as famílias escravas em unidades de absenteístas sugerindo que a estabilidade de tais fazendas radicava também na intensidade das relações estabelecidas.

⁶⁹ Gutman, *The Black Family*, p. 138.

⁷⁰ Idem.